

IV SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE MATERNIDADE E CIÊNCIA - 2024

ESTUDANTES MÃES NA PÓS-GRADUAÇÃO: UM NÃO-LUGAR?

Thyanne G. Calixto¹, Ana Carolina A. Lima², Jeane Félix³

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, thyanne.calixto.016@ufrn.edu.br

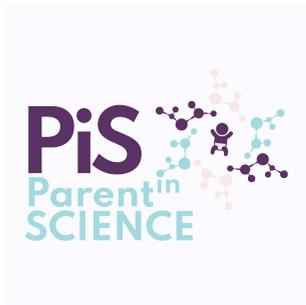
² Universidade Federal da Paraíba, acalima90@gmail.com

³ Universidade Federal de Alagoas, jeanefelix@gmail.com

Propósito

Uma pesquisa apresentada no Observatório Acadêmico do Estudante - OAE do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba - CE/UFPB divulgou que, no ano em curso, cerca de 80% das matrículas no CE são de estudantes do sexo feminino, além da presença numerosa das mulheres como docentes dos cursos ofertados, quais sejam: Licenciatura em Pedagogia, Pedagogia - Educação do Campo, Ciências das Religiões e Psicopedagogia. O último Censo Escolar de 2022, aponta que as mulheres são maioria na educação básica. No Ensino Superior, elas são 58,1% das matrículas (INEP, 2023), sendo 70% nas licenciaturas (INEP, 2023), reforçando a ideia de que a identidade docente ainda é feminina, pois está atrelada ao cuidado.

Santos, Santos e Nery (2020) reiteram os dados publicados pela OAE, apresentando que as Diretrizes para a Educação Profissional e Técnica indicam que o gênero é um dos determinantes na escolha do curso superior ou técnico. E, durante a trajetória escolar, esse fator também influencia o desempenho estudantil, uma vez que o senso comum aponta o sexo masculino com maior aptidão para as ciências exatas, afastando as mulheres dessa área (Carvalho; Rabay, 2015). Louro (2014) observa, no contexto brasileiro, o surgimento desse movimento em meados do século XIX, aliado aos discursos sobre o lugar social das mulheres, criando um imaginário social de professora como extensão do lar.



IV SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE MATERNIDADE E CIÊNCIA - 2024

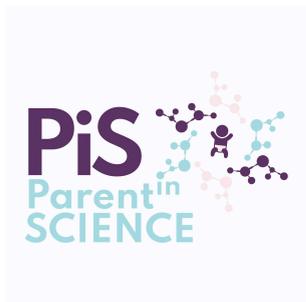
É notável o aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Contudo, nos espaços acadêmicos, essa presença é destacada em cursos considerados femininos (Santos; Santos; Nery, 2020). Assim, diante da presença massiva de mulheres no CE, este estudo tem como objetivo investigar como a maternidade é definida e implementada na legislação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba.

Revisão da literatura

Durante a pandemia da COVID-19, com o ensino remoto emergencial - ERE, o Coletivo de Mães da Universidade Federal do Rio Grande do Sul divulgou uma Carta Aberta à comunidade acadêmica expondo a organização e funcionamento da universidade e as investidas cotidianas de exclusão das mulheres-mães. Em relação à pós-graduação, há a necessidade de uma regulamentação detalhada de questões como licença maternidade, prorrogação de prazos e bolsas, afastamento de discentes não bolsistas e combate ao assédio moral em processos seletivos e entrevistas.

Urpia e Sampaio (2011), Ribeiro (2016) e Bittencourt (2017) apontam a ausência de diálogos e debates sobre maternidade na universidade, além da necessidade de auxílios, flexibilizações e assistência a estudantes, além da criação de espaços adequados para crianças, pois, como ressalta Bittencourt (2017), “pouco se discute sobre a necessidade de creches dentro do campus universitário para servidoras/es e alunas/os que têm filhos pequenos” (p. 6).

Para este estudo, realizou-se um levantamento de pesquisas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES - Plataforma Sucupira, com o recorte dos últimos dez anos. Após a revisão, identificou-se três trabalhos sobre políticas afirmativas para mulheres-mães na pós-graduação, são elas: “Mães negras na Pós-Graduação: uma abordagem interseccional” de Juliana Marcia Santos Silva (UFBA, 2020); “Mulheres na ciência: Uma avaliação das políticas públicas de apoio à maternidade implementadas no âmbito da Pós-Graduação da Universidade Federal Do Ceará (UFC)”, de Mirian Narjara Pires Rocha (UFC, 2022); e “A gente ainda sofre o peso de



IV SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE MATERNIDADE E CIÊNCIA - 2024

ser mãe”: Narrativas de discentes-mães na Pós-Graduação” de Ana Carolina S. A. Melou (UFPA, 2022).

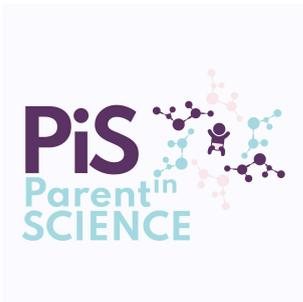
Procedimentos metodológicos

O estudo tem o caráter bibliográfico e documental, separado em duas etapas: a primeira foi uma de revisão bibliográfica na plataforma da CAPES com as seguintes palavras-chave “maternidade”, “universidade”, “pós-graduação” e “política”, no recorte temporal de 2012 a 2023. Esse caminho é necessário para compreender como as produções acadêmicas estão abordando o tema, quais as lacunas existentes e como organizar um diálogo com o que já foi debatido (Ferreira, 2002). Para Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é feita a partir de materiais já desenvolvidos e publicados, apresentando um vasto banco de dados disponível, facilitando análises futuras.

A segunda etapa foi uma revisão documental da legislação do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/UFPB: a Portaria nº 02/2021, que regulamentou as atividades durante a pandemia da COVID-19; e as Resoluções: nº 04/2022, referente ao Regulamento e à Estrutura Acadêmica do Programa e nº 02/2023, sobre os critérios para credenciamento, recredenciamento e descredenciamento docente; nº 01/2023, pertinente aos pedidos de prorrogação de prazo de defesa. A pesquisa documental, de acordo com Gil (2002), torna possível obter os dados de maneira indireta, para isso, “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (p. 45).

Resultados

Na contramão do que vem sendo debatido, os documentos oficiais da UFPB não mencionam políticas que assegurem acesso e permanência de mulheres-mães no PPGE. Somente as Resoluções nº 04/22 e a nº 01/23 citam o termo maternidade no documento. Na primeira Resolução, somente em casos de licença maternidade é permitido o trancamento da matrícula do período letivo e é assegurado às estudantes bolsistas licença maternidade, de acordo com os órgãos concedentes das bolsas. A segunda Resolução permite a prorrogação



IV SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE MATERNIDADE E CIÊNCIA - 2024

da defesa nos casos supracitados.

Esse documento não cita outros casos, como a necessidade de flexibilização da carga horária para essas estudantes e a garantia de acesso das(os) filhas(os) dessas mulheres à brinquedoteca ou à escola básica dentro do *campus* da UFPB.

A Portaria que regulamentou as atividades durante a pandemia não menciona a palavra “maternidade”. Como já explicitado, durante a pandemia, muitas mulheres-mães se viram sobrecarregadas, pois as barreiras que existiam antes - trabalho e casa foram borradas devido às extensas jornadas de trabalho com a necessidade do isolamento social. O documento indica que todas as atividades devem ocorrer na modalidade a distância ou ERE. Melou (2022) diz que a pandemia trouxe diversos desafios, entre eles, o de compreender as novas formas de ensinar no ERE. Às mulheres-mães-professoras coube, também, auxiliar as(os) filhas(os) na transição das aulas presenciais para as virtuais, além de conciliar vida doméstica e profissional.

Na Resolução nº 02/23, a maternidade não é mencionada, o que é preocupante, sob o véu da suposta “neutralidade”, acaba-se dificultando o re/des/credenciamento das mulheres-mães que, pelos diferentes obstáculos que enfrentam, muitas vezes não conseguem se adequar às regras estabelecidas. As pesquisas encontradas na revisão bibliográfica (Silva, 2020; Rocha, 2022; Melou, 2022) sinalizam para a necessidade de aperfeiçoamento das políticas institucionais visando as necessidades específicas das mães. Rocha (2022) apresentou uma proposta de indicadores de políticas de assistência nas esferas: econômica, social e institucional, enquanto Silva (2020) e Melou (2022) inserem a raça como um elemento fundamental para/na constituição de políticas nos programas de pós-graduação.

Implicações da pesquisa

Cartas, panfletos, artigos, pesquisas e vozes ecoam: as mulheres-mães estão reivindicando mudanças na estrutura das universidades. É urgente criar políticas públicas que garantam às mulheres condições adequadas de estudo e trabalho. No contexto do PPGE/CE/UFPB, a maternidade é mencionada apenas em casos de licença maternidade e



IV SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE MATERNIDADE E CIÊNCIA - 2024

prorrogação de defesa, o que reforça a urgência de incorporar a maternidade na legislação interna do Programa, indicando direitos sobre período de gestação, lactação e retomada dos estudos, flexibilização nos horários, nos prazos, na prorrogação das bolsas e ampliação no atendimento da Brinquedoteca e/ou espaços adequados para acolher as crianças.

Sendo a Universidade um espaço de produção de conhecimento que tem as mulheres como público importante, é importante que a UFPB seja um lugar de acolhimento para que as estudantes-mães consigam desenvolver suas carreiras acadêmicas com equidade.

REFERÊNCIAS

BITENCOURT, Silvana Maria. Maternidade e universidade: desafios para a construção da igualdade de gênero. In: **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 41, Anais. Caxambu: Ed. ANPOCS, 2017.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; RABAY, Glória. Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, UFSC, impresso, v. 23, p. 119–136, 2015.

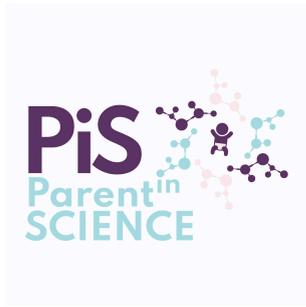
FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação e Sociedade**. v. 23, n. 79, 2002. p. 257-272.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2002.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2022**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. ed. 16. Petropólis-RJ: Vozes, 2014.

RIBEIRO, Flavia Gripp. Mães estudantes: desafios da maternidade e da permanência na Universidade enfrentados pelas alunas do Curso de Serviço Social da UnB. 2016. 63 f., il. **Trabalho de conclusão de curso** (Bacharelado em Serviço Social)—Universidade de



IV SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE
MATERNIDADE E CIÊNCIA - 2024

Brasília, Brasília, 2016.

SANTOS, Elza Ferreira; SANTOS, Ieda Fraga; NERY, Marco Arlindo Amorim Melo.

Relações de gênero e educação profissional: a presença das mulheres. **Educação: Teoria e Prática**, v. 30, n. 63, 2020.

URPIA, A. M. O; SAMPAIO, S. M. R. Mães e universitárias: transitando para a vida adulta.

In: SAMPAIO, SMR., org. **Observatório da vida estudantil**: primeiros estudos. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 145-168. ISBN 978-85-232-1211-7.